

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

Proc. n.º 17/24 do Procedimento para “Aquisição de fundos documentais”

Vem este Município, nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), convidar essa empresa a apresentar proposta, de acordo com o prescrito neste convite.

1. ENTIDADE PROMOTORA E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

1.1. A entidade que promove o procedimento é o Município de Oliveira de Azeméis, por intermédio do Gabinete de Contratação Pública, sito na Rua António Alegria, n.º 184, 3720-234 Oliveira de Azeméis, e-mail: contratacao@cm-oaz.pt.

1.2. Por meu despacho e ao abrigo da minha competência delegada através de despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal - Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, datado de 21 de outubro de 2021, publicado em Boletim Municipal n.º 1704 e nos termos estabelecidos no artigo 36.º, conjugado com os artigos 112.º a 127.º, do C.C.P., foi decidido proceder à contratação para “AQUISIÇÃO DE FUNDOS DOCUMENTAIS”.

2. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Foi decidido adotar a Consulta Prévia, nos termos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP, atendendo ao valor base estimado do contrato que se pretende vir a celebrar e, ainda, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência.

3. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo. Deste modo, deverá o concorrente apresentar os seguintes documentos:

3.1. Declaração do concorrente, de acordo com o modelo Anexo I, anexo ao presente Convite.

3.2. Documento no qual estejam mencionados os seguintes atributos da proposta:

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

a) O desconto a aplicar nos livros com menos de 18 meses a contar da data da publicação, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 196/2015, de 16 de setembro, que institui o preço fixo do livro.

NOTA: O desconto deve incidir obrigatoriamente sobre o P.V.P. (Preço de Venda ao Público) máximo do catálogo dos editores sem o IVA incluído.

b) O desconto a aplicar nos livros com mais de 18 meses a contar da data da publicação, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 196/2015, de 16 de setembro, que institui o preço fixo do livro.

NOTA: O desconto deve incidir obrigatoriamente sobre o P.V.P. (Preço de Venda ao Público) máximo do catálogo dos editores sem o IVA incluído.

3.3. Documento no qual estejam mencionados os seguintes termos/condições:

a) As condições de pagamento, tendo em conta o disposto na cláusula 13ª, do Caderno de Encargos.

b) O prazo de entrega/efetivação dos fornecimentos, tendo em conta o disposto na cláusula 7ª, do Caderno de Encargos.

c) O prazo para substituição dos títulos que se encontrem em mau estado de conservação, tendo em conta o disposto na cláusula 8ª, do Caderno de Encargos.

4. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

5. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A proposta deve ser apresentada até às **23h59m**, do dia **21 de fevereiro de 2024**.

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

5.2. As propostas são obrigatoriamente apresentadas na plataforma eletrónica com o seguinte endereço: www.acingov.pt.

6. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o qual não será prorrogável.

7. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução para esta despesa.

8. SESSÃO DE NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

9. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

9.1 A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, no estrito respeito pelo estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 74º, do CCP, tendo em conta os seguintes fatores, por ordem decrescente de importância, associados a um coeficiente de ponderação percentual fixo nos seguintes termos:

A pontuação global de cada proposta é calculada através da seguinte fórmula:

$$PG = \sum_{i=1}^2 V_i K_i$$

Em que:

PG = Pontuação global de cada proposta

i = n.º de fatores e subfactores elementares que compõem o modelo de avaliação de propostas

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

V_i = Valor da pontuação parcial obtida em cada fator e subfactor elementar que densificam o critério de adjudicação, variando entre a pontuação mínima 0 e a pontuação máxima de 100.

K_i = Valor do coeficiente de ponderação de cada um dos fatores e subfactores elementares.

Nota: O V_{F1} , V_{F2} serão arredondados para um n.º inteiro com a seguinte regra de arredondamento:

- Uma casa decimal até 4 => arredonda para o n.º inteiro inferior;
- Uma casa decimal ≥ 5 => arredonda para o n.º inteiro superior.

9.2. Os fatores elementares que densificam o critério de adjudicação e os respetivos coeficientes de ponderação, são os seguintes:

F1 – Percentagem de desconto mais elevado relativamente aos preços de capa com menos de 18 meses - 55%, sendo a função relativa a este fator a seguinte:

$$V_{F1} = 1,1111 DP + 0$$

DP = Desconto proposto

F2 – Percentagem de desconto mais elevado relativamente aos preços de capa com mais de 18 meses - 45%, sendo a função relativa a este fator a seguinte:

$$V_{F2} = 1,1111 DP + 0$$

DP = Desconto proposto

9.3. No caso de haver empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á ao desempate da seguinte forma:

1. Será critério de desempate a proposta que apresente a maior ponderação no fator F1.
2. Caso se mantenha o empate, proceder-se-á à adjudicação da proposta que apresente a maior ponderação no fator F2.
3. Se ainda assim se mantiver o empate será critério de desempate a proposta apresente o menor prazo de entrega dos bens objeto de contratação.

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

4. Se ainda assim se mantiver o empate será critério de desempate a proposta apresente o menor prazo para substituição dos títulos que se encontrem em mau estado de conservação.

5. Persistindo o empate, aplicar-se-á o sorteio nos seguintes termos:

- empate **entre dois concorrentes**: atribuição do n.º impar à proposta que deu entrada em 1º lugar e o nº par à outra proposta, sendo o desempate aferido através da chave do sorteio do Euromilhões, ficando hierarquizada em 1º lugar a proposta que tiver o primeiro n.º (par ou impar) após ordenação da chave numérica.

Na eventualidade de tal ser necessário serão notificadas as entidades que se encontram na situação de empate dando nota da posição que terão (par ou impar), e da data do sorteio que será considerado.

- empate **entre três ou mais concorrentes**: realização de um sorteio a realizar em sessão pública, para a qual os concorrentes serão convocados (presença facultativa), e da qual será lavrada ata.

Na eventualidade de tal ser necessário serão notificadas as entidades que se encontram na situação de empate para a realização do referido sorteio, sendo indicado, para o efeito, o respetivo dia, hora e local.

10. PROPOSTA VARIANTE

Dando cumprimento ao exposto no artigo 59.º, do C.C.P., informa-se que não é admitida a apresentação de propostas variantes.

11. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO / PRAZO PARA SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES DETETADAS NOS DOCUMENTOS

11.1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81.º, do C.C.P. e, se aplicável, os previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

Em cumprimento do previsto no artigo 36.º e 37º da Lei 89/2017, de 21 de agosto, deverá ser apresentado o comprovativo de registo de beneficiário efetivo (RCBE), efetuado nos termos e para os efeitos previstos na referida lei, conjugada com as Portarias n.ºs 233/2018 de 21 de agosto e 200/2019 de 28 de junho.

11.1.1 Caso opte pela faculdade conferida pelo n.º 3, do Decreto-Lei n.º 114/07, de 19 de abril, relativo à dispensa de apresentação de certidão comprovativa de situação tributária e contributiva regularizada, o adjudicatário deverá proceder à autorização de consentimento, por parte do Município de Oliveira de Azeméis, para consulta da situação tributária e contributiva regularizada, nos sítios da Internet das declarações eletrónicas.

NISS: 20003457244

NIF: 506 302 970

11.2. Caso seja detetada alguma irregularidade nos documentos apresentados será concedido um prazo de 3 (três) dias a contar da expedição da notificação para a sua supressão.

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1, do artigo 57.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3, do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA – Consulta Prévia

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º